

AValiação Pedagógica para a Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na Modalidade Jovens e Adultos (PROEJA)

Miguel Eugenio Minuzzi Vilanova¹

Wanderson Gonçalves Wanzeller²

RESUMO: Este artigo é resultado de uma pesquisa efetuada para o trabalho de conclusão do curso de Especialização em Proeja, com o objetivo de contribuir para a reflexão sobre as formas de avaliação pedagógica que poderão ser utilizadas nesta modalidade de ensino. Visa também a uma reflexão sobre as funções equalizadora, reparadora e qualificadora da Educação de Jovens e Adultos, considerando que os alunos desta modalidade apresentam perfis muito diversificados. Como metodologia, utilizou-se a pesquisa bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação pedagógica, Educação de Jovens e Adultos, Proeja.

ABSTRACT: This article is an original research study conducted for the work of completion of the Specialization Course in Proeja, aiming to contribute to thinking about ways of evaluating teaching that could be used in Proeja, also seeks to reflect on the functions equalizer , restorative and qualifying of Youth and Adults, whereas the students of this type have very different profiles. The methodology used the literature in order to expose the ideas of some authors about the importance of evaluating teaching for this kind of teaching.

KEYWORDS: Educational evaluation, Education of Young Adults, Proeja.

¹ Especialista em Proeja, pelo IFMT – Campus Pontes e Lacerda; Assistente em Administração do IFMT – Campus Pontes e Lacerda. E-mail: miguel.vilanova@gmail.com.

² Doutor em Física, pelo Instituto de Física Teórica da Unesp (IFT-Unesp); professor de Física do IFMT – Campus Pontes e Lacerda. E-mail: wander.gw@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (Eja) defende o retorno para o sistema educativo dos excluídos da escola regular, buscando permitir a igualdade de oportunidades para todos os que tiveram sua trajetória escolar obstruída. Além disso, busca também a qualificação profissional (que não deve ser confundida com a pura instrumentalização para assunção de postos de trabalho), a fim de possibilitar uma educação em consonância com a concepção de formação integral do cidadão, que deve combinar trabalho, ciência e cultura, na sua prática e nos seus fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos.

Essas funções da Eja (reparadora, equalizadora e qualificadora) devem balizar todo o trabalho educativo dirigido a esse público específico. Trata-se, portanto, de pensar a educação geral como parte inseparável da educação profissional e da educação para o mundo do trabalho, buscando garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura de mundo e para sua atuação como cidadão integrado dignamente à sociedade.

Trata-se também de assumir a condição humanizadora da educação, propiciando uma formação humana em seu sentido lato, com acesso aos saberes científicos e tecnológicos construídos sócio-historicamente pela humanidade, aliada a uma formação profissional que permita ao jovem e ao adulto compreenderem o contexto social mais amplo, ao mesmo tempo em que lhes permita compreenderem-se no mundo, para nele atuar em prol da construção de uma sociedade justa.

Nessa perspectiva, este artigo pretende contribuir para a reflexão sobre as formas de avaliação pedagógica que poderão ser utilizadas na modalidade Proeja, tendo em vista o conhecimento de mundo que estes jovens e adultos trazem para a escola. O objetivo deste trabalho é propor um diálogo acerca da importância da avaliação pedagógica e discutir ideias relacionadas aos critérios de avaliação que podem ser utilizadas na modalidade Proeja.

Nesse sentido, a pesquisa justifica-se pelo crescimento dos cursos técnicos na modalidade Proeja e poucos estudos na área de avaliação pedagógica para ela. Com isso, este trabalho trará subsídios para os docentes que atuam ou que venham a atuar com o Proeja, trazendo à tona as discussões pertinentes às formas de avaliação que poderão ser utilizadas nesta modalidade de ensino.

HISTÓRICO DO PROEJA

Como forma de ampliar a atuação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), em 14.06.2005, foi assinada pelo Ministro da Educação a Portaria nº 2.080, que, dez dias depois, transformou-se no Decreto nº 5.478, de 24.06.2005, sendo revogado pelo Decreto nº 5.840, de 13.07.2006. Esse instrumento legal institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, que abrange cursos que proporcionam formação profissional com escolarização para jovens e adultos (BRASIL, 2006a, p. 1).

O Programa oferece cursos de educação profissional técnica em diversos níveis, dentre eles:

- Técnico de nível médio, destinado a quem já concluiu o ensino fundamental, ainda não possui o ensino médio e pretende obter o título de técnico;
- Formação inicial e continuada com o ensino médio, destinado a quem já concluiu o ensino fundamental, ainda não possui o ensino médio e pretende obter uma formação profissional mais rápida.
- Formação inicial e continuada com o ensino fundamental (5ª a 8ª série ou 6º ao 9º ano), para aqueles que já concluíram a primeira fase do ensino fundamental.

Ao mesmo tempo em que a preocupação dos cursos de Proeja é atender as necessidades dos alunos, devem ser feitas adaptações curriculares necessárias, sem perder o objetivo profissional de conclusão. Para Manfredi (2003, p. 57), a concepção de educação profissional tem uma dimensão social intrínseca que extrapola a simples preparação para uma ocupação específica no mundo do trabalho e postula a vinculação entre a formação técnica e uma sólida base científica, numa perspectiva social e histórica, integrando a preparação para o trabalho com a formação de nível médio.

Dentro do cenário do Proeja, é interessante destacar alguns dos princípios que regem o projeto. A educação é entendida como um processo de formação humana que articula referências culturais e políticas, a fim de possibilitar a intervenção dos jovens e adultos na realidade em função de novas políticas no local em que está inserido. O trabalho é percebido como princípio educativo, pois permite a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências e das artes. Da mesma maneira, a pesquisa é percebida como parte do processo educativo, por desenvolver a autonomia ao educando.

A relação entre educação, cultura, trabalho, economia, ciência e tecnologia é a base para o trabalho pedagógico, a fim de propiciar o desenvolvimento social e econômico igualitário. Para isso, outro princípio fundamental emerge: a necessidade de utilizar metodologias que possibilitem a autonomia, o diálogo, a inter-relação entre os conhecimentos integrantes de cada disciplina, a contextualização dos conhecimentos, e a problematização a partir de situações significativas do cotidiano dos jovens e adultos. No entanto, existe um princípio que perpassa todos os demais e sem o qual o profissional é mero instrumento na sociedade: o desenvolvimento de valores humanos voltados para a solidariedade, o respeito mútuo, o compromisso com a democracia ampliada, o desenvolvimento e a sustentabilidade do país (HENRIQUE e OLIVEIRA, 2007, p. 20).

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Os estudiosos da Educação de Jovens e Adultos (Eja) são unânimes em afirmar que, nos níveis fundamental e médio, no Brasil, ela é marcada pela descontinuidade e por provisórias políticas públicas (MOURA, 2006, p. 5). A atenção do Estado a esse contingente, em geral, circunscreve-se ao nível da alfabetização. No entanto, é necessário pensar em políticas permanentes para esse contingente de excluídos da escola regular, de forma que se possa reparar a negação ao direito de estudar de que foi vítima esse público quando se encontrava na correlação adequada entre idade e ano em seu itinerário educacional, bem como propiciar-lhe a reinserção no sistema educativo, de modo a permitir a igualdade de oportunidades para todos os que tiveram sua trajetória pedagógica interrompida.

A partir de 2003, a presença do Estado na Eja, por meio do programa Brasil Alfabetizado, em disputa organizada pela luta dos educadores de Eja em fóruns estaduais e regionais, fez crescer a preocupação e a destinação de verbas para os municípios com vistas à continuidade de estudos. Um grande agravante na situação brasileira diz respeito à presença forte de jovens na Eja, em grande parte devido a problemas de não permanência e insucesso no ensino fundamental “regular” (BRASIL, 2007, p. 10).

Além disso, trata-se também de permitir a qualificação profissional, a fim de possibilitar uma educação em consonância com a concepção de formação integral do cidadão que combine trabalho, ciência e cultura na sua prática e nos seus fundamentos científico-

tecnológicos e sócio-históricos. Estamos falando das funções reparadora, equalizadora e qualificadora da Eja (BRASIL, 2000, p. 4).

Trata-se, em definitivo, de pensar a educação geral como parte inseparável da educação profissional e da educação para o mundo do trabalho, buscando garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a sua atuação como cidadãos integrados dignamente à sociedade. Significa também assumir a condição humanizadora da educação, propiciando uma formação

humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele (BRASIL, 2006a, p. 7).

Aliado ao fator econômico, a trajetória pedagógica desse contingente é muitas vezes interrompida pela falta de preparo da escola para tratar com grupos a margem ao sistema, como negros, quilombolas, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, idosos, subempregados, desempregados ou trabalhadores informais. Esses fatores geram um contingente de excluídos do sistema educacional regular, gerando uma defasagem entre idade e série.

No entanto, a ação educativa para esse grupo não deve ser restrita ao nível básico. É necessária uma política estável que procure contemplar a elevação do nível de escolaridade integrada à profissionalização, a fim de contribuir para a integração sociolaboral desses jovens e adultos historicamente discriminados e com a trajetória educativa descontínua.

PROEJA

A concepção de uma política, cujo objetivo de formação está fundamentado na integração de trabalho, ciência, tecnologia, humanismo e cultura geral, podem contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional das populações. Assim, uma das finalidades mais significativas dos cursos técnicos integrados no âmbito de uma política educacional pública deve ser a capacidade de proporcionar educação básica sólida, em vínculo estreito com a formação profissional, ou seja, a formação integral do educando. A formação

assim pensada contribui para a integração social do estudante, o que compreende o mundo do trabalho sem resumir-se a ele, assim como a continuidade dos estudos (BRASIL, 2007, p. 35).

Essa modalidade de oferta de ensino é orientada a proporcionar a formação de cidadãos profissionais capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando à transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos, especialmente os da classe trabalhadora.

Partindo da concepção de educação como humanizadora, de educação profissional como formação integral do sujeito para atuação consciente, crítica e ética no mundo do trabalho e da necessidade de reparar o erro histórico que gera o contingente de excluídos do processo educativo formal, a educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio na modalidade Eja deve proporcionar educação humanística e científica, em vínculo estreito com a formação profissional, ou seja, propiciar a formação integral do educando, de modo a contribuir para a integração social desse coletivo. Além disso, essa oferta compreende o mundo do trabalho sem resumir-se a ele, assim como compreende a continuidade de estudos.

Em síntese, ela

se faz orientada a proporcionar a formação de cidadãos-profissionais capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando à formação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos, especialmente os da classe trabalhadora (MOURA, 2006, p. 12).

Nesse sentido, assumir-se-ia uma política de inserção aliada a uma política de integração. Por política de inserção, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 110) denominam aquelas ações que devem ser imediatas, como forma de reparar a dívida histórica do Estado brasileiro com parte da sociedade. Já a política de integração refere-se às ações que se projetam para médio e longo prazo, instituindo a incorporação do direito para as gerações futuras, o que é percebido na Lei nº 11.892, de 29.12.2008, de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, onde fica estabelecido que os referidos Institutos devam ofertar cursos na modalidade Proeja.

O declínio sistemático do número de postos de trabalho obriga o jovem e o adulto a redimensionarem a própria formação, tornando-a mais abrangente, permitindo-lhes, além de

conhecer os processos produtivos, constituir instrumentos para inserirem-se de modos diversos no mundo do trabalho, inclusive gerando emprego e renda. Uma formação assim pensada não garante emprego aos sujeitos e tampouco garante a melhoria das condições objetivas de vida. No entanto, abre possibilidades de se alcançar esses objetivos, além de permitir o crescimento pessoal a partir de outras referências culturais e sociais. Não se pode deixar de acrescentar que ela também permitiria ao sujeito a leitura de mundo, no sentido freireano, “estando no mundo e o compreendendo de forma diferente da anterior ao processo formativo” (BRASIL, 2006a, p. 26).

Além disso, só pensando a educação nesses moldes estar-se-ia promovendo a função reparadora e equalizadora da educação na modalidade Eja. Conforme o Parecer nº 11/2000, é fazer cumprir o dever do Estado para assegurar o direito à educação para todos, reduzindo a desigualdade entre os que tiveram acesso a ela em idade regular e os que tiveram seu acesso interrompido pelas mais variadas razões. Da mesma forma, essa concepção de educação na modalidade Proeja permite que a terceira função dessa modalidade – a função equalizadora – emerja, concretizando seu sentido fundamental de formação para o exercício pleno da cidadania, por meio do desenvolvimento do pensamento crítico e autônomo, da participação social, da consciência dos deveres, da compreensão de sua inserção no mundo da vida e no mundo do trabalho.

Para que uma educação assim seja implementada e que a avaliação obtenha resultado, é necessário que esteja amparada por uma concepção de currículo que permita a integração e a participação dos agentes envolvidos no processo. É necessário romper a dualidade estrutural entre cultura geral e cultura técnica e, ao mesmo tempo, romper com o pensamento instrumentalista que regeu historicamente a educação profissional no país.

AValiação Pedagógica

De acordo com o Mec (2007, p. 40),

as práticas avaliativas vêm sendo estudadas e classificadas como quantitativas e qualitativas; além disso, diferentes grupos de estudiosos do tema argumentam em favor de diferentes concepções de avaliação: somativa, formativa, mediadora, emancipatória, diagnóstica, entre outras.

A avaliação, tal como concebida e vivenciada na maioria das escolas brasileiras, tem se constituído no principal mecanismo de sustentação da lógica de organização do trabalho escolar e, portanto, legitimador de fracasso, ocupando mesmo o papel central das relações que estabelecem entre si os profissionais de educação e alunos.

Os métodos de avaliação ocupam, sem dúvida, espaços relevantes no conjunto das práticas pedagógicas aplicadas ao processo de ensino e aprendizagem. Avaliar, nesse contexto, não se resume à mecânica do conceito formal e estatístico, não é simplesmente atribuir notas obrigatórias à decisão de avanço ou retenção em determinadas disciplinas.

A avaliação da aprendizagem possibilita a tomada de decisão e a melhoria da qualidade de ensino, informando as ações em desenvolvimento e a necessidade de regulações constantes.

O ato de avaliar a aprendizagem, para Luckesi (2005, p. 118),

[...] implica em acompanhamento e reorientação permanente da aprendizagem. Ela se realiza através de um ato rigoroso e diagnóstico e reorientação da aprendizagem tendo em vista a obtenção dos melhores resultados possíveis, frente aos objetivos que se tenha à frente. E, assim sendo, a avaliação exige um ritual de procedimentos, que inclui desde o estabelecimento de momentos no tempo, construção, aplicação e contestação dos resultados expressos nos instrumentos; devolução e reorientação das aprendizagens ainda não efetuadas. Para tanto, podemos nos servir de todos os instrumentos técnicos hoje disponíveis, contanto que a leitura e interpretação dos dados sejam feitas sob a ótica da avaliação, que é de diagnóstico e não de classificação. O que, de fato, distingue o ato de examinar e o ato de avaliar não são os instrumentos utilizados para a coleta de dados, mas sim o olhar que se tenha sobre os dados obtidos: o exame classifica e seleciona, a avaliação diagnóstica e inclui.

A avaliação da aprendizagem, no novo paradigma, é um processo mediador na construção do currículo e se encontra intimamente relacionada à gestão da aprendizagem dos alunos, em que os procedimentos adotados de avaliação têm várias consequências também nas relações entre alunos, professores e escola. O professor passa grande parte do seu tempo preparando, corrigindo e divulgando avaliações; o aluno tem uma relação deturpada com o saber, estudando apenas para realizar avaliações; o tipo de avaliação utilizada pode ser um grande obstáculo a mudanças pedagógicas (PERRENOUD, 1999, p. 65).

Além disso, a confusão entre avaliar para regular a aprendizagem e avaliar para promover ou certificar o aluno leva os professores a abandonarem qualquer tipo de avaliação quando são obrigados a trabalhar sem a possibilidade de reprovação, como em muitas

reformulações recentes dos sistemas de ensino público que instituíram os regimes de ciclos com promoção automática (DEMO, 1996, p. 42).

O ato de avaliar sempre inclui o estudante, porque ele é o agente de sua formação; só ele se forma. O papel do educador é acolher o educando, subsidiá-lo em seus estudos, aprendizagens e confrontá-lo, reorientando-o em suas buscas. Para, efetivamente trabalhar com avaliação, necessita-se criar um novo padrão de conduta, consciente – o padrão da avaliação. É preciso romper com o campo mórfico estabelecido e herdado, abrindo espaço a uma verdadeira experiência de avaliação, liberta do campo mórfico de forças da representação social.

A avaliação é um processo que deve acontecer a todo instante. Para Kenski, apud Silva (2005, p. 7), a avaliação

[...] não deve acontecer em momentos estáticos e isolados da realidade diária, pois é na sala de aula, no dia-dia de alunos e professores que são tomadas as decisões relacionadas ao tratamento do conteúdo e à melhor forma de compreensão e produção do conhecimento pelo aluno. É nesse espaço dinâmico onde diferentes juízos são formulados por diferentes pessoas em interação permanente que não cabe mais privilegiar apenas um elemento do grupo em suas opiniões. É nesse espaço limitado em sala de aula, onde ocorrem avaliações diferenciadas a todo instante que não cabe mais privilegiar um segmento parcial fragmentado. Mas que possa inserir o educando no processo integrado e democrático.

Nessa mesma linha de pensamento, de acordo com Luckesi, apud Silva (op. cit., p. 10), “avaliar é acompanhar o processo de construção de conhecimento do aluno, contribuindo para o seu desenvolvimento”. Assim, nesta visão de avaliação, não há um resultado único, há sempre um processo. Nesse sentido, a avaliação pode ser definida como um ato acolhedor e inclusivo, na medida em que tem o objetivo de diagnosticar e procurar incluir o educando, sob diversas formas, no círculo da aprendizagem, integrando todas as suas experiências de vida.

Avaliar é ensinar, permitir que a aprendizagem aconteça e venha favorecer o desenvolvimento dos alunos e orientá-los nessa tarefa, oferecendo-lhes novas leituras, sugerindo-lhes vivências enriquecedoras, formando, assim, cidadãos críticos e melhor preparados para viverem em sociedade. Sob esse ponto de vista, a avaliação não é (e não pode ser) esmagadora, classificatória, excludente e ocasional. É, antes, um processo contínuo, integrativo e pleno, onde se dá a construção do conhecimento. Nesta perspectiva, a avaliação

como procedimento diagnóstico pode apontar caminhos para efetivar a escola como espaço de formação de cidadãos mais críticos e atuantes na sociedade à qual pertencem.

AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA PARA PROEJA

Com o Proeja presente nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do país, pois a lei de criação dos Institutos coloca que devem reservar um percentual de suas vagas para essa modalidade, a avaliação deve tornar-se um objeto de estudo constante.

A avaliação educacional voltada para o Proeja, no atual contexto brasileiro, afeta diferentes segmentos da comunidade educacional em diversos níveis administrativos, pois não se limita apenas à verificação do rendimento escolar, no âmbito institucional da escola, mas concentra-se em um nível maior, segundo uma perspectiva integrada às diferentes esferas institucionais.

A aprendizagem não ocorre de maneira imediata e instantânea e nem, tampouco, pelo domínio de conhecimentos específicos ou informações técnicas. Ela requer um processo constante de envolvimento e aproximações sucessivas, amplas e integradas, fazendo com que o educando possa, a partir das reflexões sobre suas experiências e percepções iniciais, observar, reelaborar e sistematizar seu conhecimento acerca do objeto em estudo (BRASIL, 2007, p. 53).

A avaliação abrange todos os momentos e recursos que o professor utiliza no processo de ensino-aprendizagem, tendo como objetivo principal o acompanhamento do processo formativo dos educandos, verificando como a proposta pedagógica vai sendo desenvolvida ou se processando, na tentativa da sua melhoria, ao longo do próprio percurso. A avaliação não privilegia a mera polarização entre o aprovado e o reprovado, mas sim a real possibilidade de mover os alunos na busca de novas aprendizagens.

A conjuntura do Proeja evidencia que a avaliação tem o papel de priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem. Nesse sentido, a avaliação deve buscar a (re)construção do conhecimento, considerando o sujeito criativo, autônomo, participativo, reflexivo e capaz de transformar sua realidade e a da sociedade em que está inserido (FERRARI, 2006, p. 2).

Antes de pensar na avaliação, o professor deve entender que a educação voltada para o Proeja é um processo de formação humana que articula referências culturais e políticas, a fim de possibilitar a intervenção dos jovens e adultos na realidade local em que estão inseridos. O

trabalho é percebido como princípio educativo, pois permite a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências e das artes. Da mesma maneira, a pesquisa também é percebida como parte do processo educativo, por desenvolver a autonomia do educando. Assim, é de extrema importância fazer uma análise crítico-reflexiva sobre as concepções e práticas avaliativas dominantes na escola e seus efeitos no processo de aprendizagem, questionando quais as concepções de avaliação são dominantes na escola, como esta nela acontece de fato e o que legitima as práticas de avaliação concretas.

Obter respostas, ainda que provisórias, às questões relacionadas sobre as maneiras eficientes de avaliação para a modalidade Proeja não é uma tarefa fácil, mas podem-se apontar caminhos para práticas inclusivas inovadoras, revelar práticas em construção ou ainda originar práticas transformadoras. Sabe-se que a avaliação é à base do planejamento curricular. É por meio dela que se obtêm informações objetivas e valiosas para possíveis decisões a serem tomadas frente ao processo de aprendizagem do aluno, à programação de um curso a ser desenvolvido e até à própria montagem de um sistema educacional.

A avaliação na modalidade Proeja é de fundamental importância no processo educativo, tanto para os docentes quanto para os alunos, podendo ser considerada um dos mecanismos indispensáveis para se promover um ensino de qualidade a todos, pois é a avaliação que indica aos docentes onde estão suas falhas e qualidades, e onde precisam investir mais. E, ainda, aponta onde os alunos estão enfrentando maiores dificuldades e devem receber mais atenção, como, por exemplo, no acompanhamento mais individualizado feito pelos professores. Para os alunos, a avaliação permite tomar consciência de seus avanços e dificuldades e das possibilidades de replanejar suas ações na tarefa de aprender.

Nesse sentido, faz-se necessário que os educadores observem constantemente o desenvolvimento dos alunos e que se autoavaliem, reformulando, se necessário, sua forma de ensinar, pois muitas vezes os alunos não obtêm sucesso em determinada avaliação não é porque estudaram pouco, mas a forma como foi realizada a avaliação pode não ter contemplado seu conhecimento. Essa é uma condição básica para propiciar o sucesso na aprendizagem e estimular os alunos a permanecerem na escola, o que é uma preocupação constante no Proeja.

Para Silva (2005, p. 11-12), a avaliação contínua

permite que problemas de aprendizagem sejam rapidamente percebidos pelo professor, indicando as possíveis providências para superá-las. Às vezes, a falha está no professor que não conseguiu encontrar a forma de melhor ensinar o aluno, haja vista que cada um tem uma maneira diferente de aprender. Contudo, o professor não deve ater-se apenas aos conteúdos programáticos, mas sim à formação total do homem, preocupando-se com a formação total do aluno como um todo.

Dessa forma, é importantíssimo conhecer o desenvolvimento do aluno para saber seu nível de conhecimento, para tratá-lo nas suas limitações. A avaliação deve ser o instrumento de reconhecimento dos caminhos percorridos e a serem perseguidos. Deste modo, avaliar nessa concepção consiste em identificar as deficiências e os avanços individuais, para resgatar a ação educativa; considerando os conhecimentos prévios que os alunos da modalidade Proeja já possuem através de sua vivência de mundo.

Os jovens e adultos, ao longo da vida escolar, foram aprendendo a serem alunos, posto que não nascem alunos; produzem-se na cultura escolar e são também dela produtores. Do mesmo modo, os professores – imersos em correções, notas, erros, acertos, valoração de alunos e de si mesmos, afastam-se e perdem o foco central, que é ensinar e aprender (BRASIL, 2007, p. 43).

Essa reflexão vista nos parágrafos anteriores encaminha para que a avaliação no Proeja possa ser entendida como diagnóstica, num processo investigativo, de permanente questionamento, com o objetivo a promover a aprendizagem e o avanço dos estudantes. Nesse sentido (op. cit., p. 44), há múltiplos instrumentos que podem auxiliar o processo de avaliação, como: observações e registros constantes, avaliações escritas em grupo e individual, cadernos de relatos, autoavaliação, relatórios de trabalhos práticos e teóricos em que professor e estudantes elaborem questões e problemas, vindo a refletir sobre suas próprias aprendizagens, tendo mais oportunidades de produção e construção do conhecimento, de forma dinâmica e participativa.

Quaisquer que sejam os instrumentos avaliativos utilizados dentro da concepção de avaliação investigativa, é essencial que possibilitem ao aluno acompanhar o seu próprio desenvolvimento, suas aprendizagens, necessidades do aprender e, especialmente, que esse acompanhamento indique os caminhos para os avanços. As práticas diagnósticas devem promover, também, a interação social, desenvolvimento cultural e socioafetivo.

Outro grande desafio para o docente que trabalha com Proeja e que segue a linha de avaliação investigativa está na integração entre as diferentes áreas de conhecimento, trabalhando através da transdisciplinaridade, que diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento. Para isso, deve-se planejar, antecipadamente e em equipe, como se dará o processo avaliativo, o que denota pensar as modalidades e os critérios. Quanto às estratégias para efetuar mudanças reais na prática das escolas, estão os temas transversais, que passam a ser o eixo e não a própria disciplina.

Dentre outras formas de avaliação que são utilizadas no Proeja está a formativa, que não tem como objetivo classificar ou selecionar, mas fundamenta-se nos processos de aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, afetivos e relacionais. O professor deve estar atento aos seus alunos, orientando-os para a realização de seus trabalhos e de suas aprendizagens, ajudando-os a localizar suas dificuldades e suas potencialidades, redirecionando-os em seus percursos.

Nessa perspectiva, o docente deve partir do pressuposto de que se defrontar com dificuldades é inerente ao ato de aprender, porém, se respeitado o tempo e a especificidade de cada aluno, todos são capazes de aprender. A proposta do Proeja aposta na adaptação do tempo/espço às especificidades dos sujeitos que atende, tanto no sentido de acesso à escola em turnos contrários ao trabalho quanto no respeito com a aprendizagem de cada um. Torna-se necessário elaborar uma proposta avaliativa que atenda ao alto grau de expectativa que esses sujeitos possuem no retorno à escola.

Para colocar em prática a avaliação formativa no Proeja, torna-se necessária uma efetiva formação dos docentes que atuam nessa modalidade de ensino, pois o curso do Proeja possui uma concepção, uma infraestrutura e uma forma avaliativa diferenciada. Desenvolver uma nova postura avaliativa requer reconstruir a concepção e a prática avaliativa, rompendo com a cultura de memorização e do professor como detentor do saber, visando a uma prática pedagógica comprometida com a inclusão, o respeito às diferenças e a construção coletiva do conhecimento.

A proposta avaliativa, no documento base do Proeja (2006b, p. 43), apresenta a avaliação como forma de priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem. Dessa forma,

deve ser desenvolvida numa perspectiva processual e contínua, por meio de um processo interativo que considere o aluno capaz de transformações significativas na realidade. A avaliação deve ser um processo contínuo de formação, cujo foco deve ser a emancipação dos sujeitos que participam do processo educacional, onde desenvolvem conceitos previamente definidos por meio de apreensão de objetos do conhecimento relacionados às diferentes disciplinas.

Nesta suposição, todos os sujeitos podem avaliar e ser avaliados, tendo como formas a avaliação individual, a autoavaliação e a avaliação coletiva. A expressão final da avaliação ocorre através de pareceres descritivos que apresentam os conceitos já construídos, de modo que o aluno progrida de um módulo para outro ou permaneça no mesmo módulo.

Apesar da avaliação pensada e defendida para o Proeja ser uma concepção freireana, voltada para a educação popular e, conseqüentemente, a uma proposta de avaliação formativa/emancipatória, alguns aspectos demonstram a dificuldade do corpo docente do Proeja de alterar a concepção e a prática de avaliação e fazer a diferença na escola, uma vez que outras modalidades de ensino, como Ensino Médio Integrado e Subsequente, modalidades presentes nos Institutos Federais de Educação, na maioria dos casos, trabalham com uma avaliação classificatória e somatória. Percebe-se, assim, a fragmentação e a desarticulação entre as modalidades de ensino oferecidas por essas instituições. Da mesma forma, torna-se difícil colocar em prática a avaliação formativa/emancipatória sem uma efetiva formação dos professores.

Dessa forma, a formação continuada de professores deve ser feita numa estreita relação com a prática cotidiana, com acompanhamento sistemático, para que se possa garantir um retorno ao trabalho efetivo em sala de aula. Os treinamentos esporádicos, cursos rápidos e sem continuidade garantida são instrumentos de desserviço à Eja, pois criam expectativas que não serão correspondidas, frustram alunos e professores.

A mudança na avaliação deve ser acompanhada de uma autonomia escolar, currículo flexível e contextualizado, formação continuada de professores, continuidade das propostas pedagógicas e os estudantes devem ter condições de ir compreendendo esta nova perspectiva de avaliação. Quando as mudanças ocorrem de forma fragmentada nas escolas, seu efeito conjunto não alcança uma modificação substantiva nas práticas tradicionais.

No decorrer dos anos, a avaliação passou por diversas transformações e gerou novas construções. É um constante vir a ser no campo das ciências, apresentando-se como uma atividade complexa, fundamentada no pensamento descritivo, analítico e crítico. O seu foco não está limitado apenas no aluno e seu rendimento, mas também no desenvolvimento de atitudes e interesses, que constituem o foco do processo educacional.

É evidente que, para essa modificação bastante ampla, houve a influência de um conjunto de fatores, em que se destacam, inicialmente, as tomadas de consciência dos educadores face à complexidade do seu campo de atuação e à necessidade de definir e avaliar a prioridade de alguns problemas do mundo moderno. A transformação técnico-científica desse mundo passou por um processo de desenvolvimento que provocou o rápido envelhecimento dos currículos e programas, considerados obsoletos, não atendendo à formação de profissionais com perfil adequado à nova realidade. Isso se refletiu no repensar e refazer as metodologias de ensino-aprendizagem e avaliação com enfoque na construção do conhecimento.

Conforme a concepção adotada, a avaliação poderá exercer um papel na crítica para a transformação da escola, do currículo e programas, tornando-se uma constante no processo educacional, envolvendo não somente o desempenho do aluno, como também outros elementos (currículos e projetos pedagógicos, professores e estrutura física, entre outros), considerados importantes para a expressão de um sistema educacional de qualidade.

CONCLUSÃO

A avaliação, concebida como um processo de construção de conhecimento, contribuirá para desvelar a concepção de escola, homem e sociedade. Seus marcos são as ideias de Freire a respeito da avaliação voltada para a educação popular através de uma proposta de avaliação formativa/emancipatória e as ideias de Luckesi, com destaque para as funções da avaliação serem voltadas para o acompanhamento e reorientação permanente da aprendizagem.

Essas ideias são referências para as propostas de avaliação no Proeja, que se colocam como perspectivas para a otimização do ensino-aprendizagem, com vistas à produção/construção de conhecimento pelo aluno, numa educação que exige novas formas de intervenção, comprometida com as reais demandas sociais. Uma proposta avaliativa com tal finalidade deve ser processual, contínua e sistemática, acontecendo não em momentos

isolados, mas sim, ao longo de todo o período em que se desenvolve a aprendizagem, nas relações dinâmicas da sala de aula, que orientam as tomadas de decisões relacionadas ao tratamento do conteúdo e sua melhor assimilação pelo aluno. No entanto, não são apenas mudanças de modelos, conceitos e nomenclaturas que mudarão o ato de avaliar em nossas escolas.

Faz-se necessário que o educador, além de compreender as questões teórico-metodológicas do tema, efetive uma radical transformação em sua prática pedagógica. É importante a adoção de uma nova concepção do ato de avaliar, expressando-se em atitudes concretas de observar, analisar, decidir e, principalmente, intervir cotidianamente no processo de ensino-aprendizagem. Tal atitude deve promover o encontro da avaliação consigo mesmo, resgatando sua função mais importante, pois avaliar não é verificar, é medir juntamente com os alunos para a tomada de decisões no processo de aquisição, construção e aplicação do conhecimento. Em meio ao crescente interesse pela avaliação, considerando-se especialmente elementos e fenômenos que interferem direta e indiretamente na aprendizagem dos alunos e, conseqüentemente, na qualidade da educação em nosso país, observa-se que ainda não se chegou a um modelo que contemple totalmente as funções da avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa ou processual e somativa (classificatória). A forma como a avaliação educacional vem sendo operacionalizada denota que ainda há muito a desvendar. Os alunos ainda são comparados e classificados, e as tarefas avaliativas possibilitam mascarar a sua real aprendizagem ao mensurá-los, por exigência do próprio sistema educacional vigente.

Para efetivamente trabalhar com avaliação, necessita-se criar um novo padrão de conduta, consciente da importância e relevância que é a avaliação para a modalidade Proeja. Num processo de avaliação, inexistente a possibilidade de dar uma nova oportunidade ao aluno, mas há, sim, um processo contínuo de orientação e reorientação da aprendizagem, para obter-se o melhor resultado possível. Dar oportunidade é um ato de quem tem autoridade para fazer isso; diagnosticar a aprendizagem é um ato de quem faz parceria com o educando, auxiliando-o a construir seu caminho, sua aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2001 e Resolução CNE/CEB nº 1/2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. *Lex: coletânea de legislação e jurisprudência*. Brasília-DF, 2000.
- _____. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. *Lex: coletânea de legislação e jurisprudência*. Brasília-DF, 2006a.
- _____. MEC/SETEC. Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Documento Base. *Lex: coletânea de legislação e jurisprudência*. Brasília-DF, 2006b.
- _____. MEC/SETEC. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Documento Base. *Lex: coletânea de legislação e jurisprudência*. Brasília-DF, 2007.
- DEMO, Pedro. *Avaliação sob o olhar propedêutico*. Campinas: Papirus, 1996.
- FERRARI, Cristiane Regina. Avaliação dos estudantes do Proeja: em busca de inovação. *Revista Travessias*, Cascavel, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/travessias>>. Acesso em: 10 jan. 2010.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. *Ensino Médio Integrado*. Concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.
- HENRIQUE, A. L. S.; OLIVEIRA, L. A. B. *Ações metodológicas e material didático em língua portuguesa com vistas à integração entre os conhecimentos materializados em disciplinas no Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Controle Ambiental na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos*. Natal-RN, 2007. Monografia de Conclusão de Curso (Especialização em Proeja), Cefet-RN.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática*. 2. ed. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2005.
- MANFREDI, Sílvia Maria. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.
- MOURA, Dante Henrique. Proeja: formação técnica integrada ao Ensino Médio. In: BRASIL. MEC. Proeja: formação técnica integrada ao Ensino Médio. *Boletim*, Brasília-DF, n. 16, p. 3-23, 2006.

PERRENOUD, Philippe. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SILVA, Paulo Laudelino da. *Avaliação de aprendizagem na concepção do professor*. Pontes e Lacerda, 2005. Monografia de Conclusão de Curso (Especialização em Psicologia do Ensino e da Aprendizagem), Unemat.